

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “ÊXITOS, FRACASSOS E EXIGÊNCIAS EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS REALIZADAS”

03 de Junho de 2013

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Agradeço sensibilizado o convite que me foi feito para apresentar este livro e, simultaneamente agradeço o terem escolhido este espaço de cultura de cidadania e espírito de defesa que é o Museu do Combatente, para o lançamento de um livro cujo conteúdo nos apresenta a preocupação permanente do rigor da avaliação e da investigação científica.

Após o ter lido, dei comigo a pensar que ao fazer a sua apresentação na presença do seu autor, teria que ter muito cuidado pois a minha dissertação teria que ter certamente uma orientação que sem dúvida deveria passar por um esquema que não deveria esquecer a apresentação de algumas passagens da obra em apreço, a apreciação do plano utilizado no tratamento do tema, dos documentos e fontes, para seguidamente dever pronunciar-me pelo real mérito da obra e seu apreço para logo enveredar por um *however* que conduzisse às dúvidas, às perguntas a esclarecer até que uma vez obtidas, deveria pronunciar-me sobre a pertinência das respostas e a riqueza, ou não, da dissertação.

Rapidamente conclui que não deveria enveredar por esta exigência final e não iria apresentar quaisquer dúvidas ou questões, poupando assim o senhor Prof doutor Martins a apresentar contra argumentação às mesmas e deveria eu sim, pronunciar-me sobre a real validade da tese que me era apresentada, o livro, a obra resultante de uma vivificada experiência de vida universitária evidente, de um superior conhecimento e saber, de uma diversidade temática reveladora de uma grande abrangência cultural e científica.

Este Livro, que nos é revelado pelo Prof. Doutor Manuel Gonçalves Martins, possui o título seguinte: “Êxitos, Fracassos e Exigências em Produções Científicas Realizadas”. Apresenta, de uma forma simples e clara e didática, “exigências e orientações práticas para realizar trabalhos científicos” e, segundo as suas palavras (escritas na Introdução) indica as análises, os comentários e as questões que ele, enquanto arguente principal, fez quando analisou Monografias de Licenciaturas, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutoramento e Provas de Agregação. Este Livro, explicou o Prof. Manuel Martins, apresenta, à letra, tudo o que ele, enquanto Membro de Júris nomeados para o efeito e arguente principal, afirmou durante Provas Académicas, efetuadas, no Instituto Superior Politécnico

Gaya, na Universidade Fernando Pessoa, na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Técnica de Lisboa, ou na Universidade do Minho.

Possui TRÊS PARTES. A Primeira Parte incide sobre Provas relativas a Produções Científicas Realizadas. Por isso, pronuncia-se sobre Algumas Monografias de Licenciatura, Cinco Teses de Doutoramento e Vinte e Seis Dissertações de Mestrado. A Segunda Parte versa sobre Provas Académicas efetuadas para ascender na carreira de Docente Universitário. Esta Parte incide sobre Provas de Aptidão Pedagógica e Científica e Provas de Agregação, realizadas em particular pelos Professores da Universidade do Minho Maria do Céu Pinto e Luís Filipe Lobo Fernandes. A Terceira Parte indica Exigências existentes e Orientações Práticas para efetuar trabalhos científicos, principalmente no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e da Ciência Política e Relações Internacionais. Esta Parte do Livro inclui um Projeto de Investigação sobre “A Cooperação entre Portugal e os Outros Estados Membros da CPLP”.

O Prof. Manuel Martins colocou este Projeto de Investigação neste seu Livro para incitar a investigação sobre este assunto considerado muito importante. Por isso, ele, autor do Projeto, até o apresentou para apoiar os interessados em concretizarem investigações científicas com o objetivo de concluírem os seus graus académicos. Os assuntos tratados são muitos e diversificados mas podemos coloca-los no âmbito da política e da estratégia na sua generalidade tocando as áreas geográficas europeia e africana. Esses temas, repito, referem-se a Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado, etc., apresentadas e defendidas ao longo de mais de duas décadas (entre 1990 e 2012: incluído) e atendendo às diferentes conjunturas desses anos. Por isso, todas as afirmações (cada afirmação) existentes neste livro devem ser lidas e interpretadas atendendo ao contexto em que foram feitas.

Não posso referir-me a todos os assuntos apresentados e analisados neste Livro. Nem mais ou menos! Apesar disso, escolhi alguns temas que, utilizando as palavras do Prof. Martins, vou apresentar para a vossa reflexão. Deixo-vos as conclusões quanto à sua atualidade e realismo, como aperitivo e desafio à sua leitura e apreciação. Peço-vos um ligeiro esforço intelectual para os situarem no tempo que entenderem. Na página 40, o Prof. Martins escreveu: “Dr. Rui Manuel Melo de Albuquerque, na página 378 desta sua tese de Doutoramento afirmou”: “Ninguém negará que o poder tem uma natureza usurpadora e deve ser eficazmente impedido de ultrapassar os limites que lhe são atribuídos”; e na página 58 disse: “Se o poder não for contido, se não lhe for oferecida oposição, acabará por invadir a totalidade da ação humana e todo o domínio social lhe será escasso”.

Por isso, Dr. Rui de Albuquerque, eu posso concluir: “Devemos opor-nos firmemente ao poder exagerado; devemos procurar conter o seu fortalecimento, devemos fazer que o poder seja civilizado e suportável! Devemos opor-nos ao poder exagerado, independentemente das razões que ele apresente, ainda que, teoricamente, estejamos de acordo com as suas razões! Devemos opor-nos, para que o poder se sinta inseguro e não avance com as suas imposições! Desta forma, prestaremos um serviço à sociedade!” Admite estas afirmações?

Na página 243, o Prof. Martins escreveu: “Na página 67, o Dr. Domingos Pereira Couto afirmou: “Numa organização pública, a gestão da mudança implica sempre uma alteração do comportamento e um grande controlo da dimensão emocional dos funcionários, torna-se determinante neste contexto o papel do líder da mudança”. Em relação a este assunto, Dr. Domingos Couto, atendendo à atual conjuntura portuguesa, conjuntura especial, pergunto-lhe: Parece-lhe acertada a atitude que o Executivo Português teve quando procurou concretizar a reestruturação e a modernização da Administração Pública Portuguesa? Não lhe parece que o Governo da Nação não soube mobilizar os funcionários públicos portugueses e integrá-los na concretização das mudanças? Não lhe parece que esse Executivo desacreditou os funcionários públicos portugueses e desta forma incitou-os a lutarem contra as mudanças que procurou efetuar?

Na página 132 deste Livro posso ler o seguinte: “Dra. Denise Marie Shorey, na página 1 da sua Dissertação escreveu: “O fortalecimento da coesão da população portuguesa em torno do sistema de valores que historicamente enformam a Nação e lhe determinam a individualidade e a independência”. Sobre este assunto, Dra. Denise, pergunto-lhe: Pensa que os valores históricos da população portuguesa subsistem atualmente e é possível fortalecê-los? Porquê? Quais são esses valores? A Nação que existiu durante a expansão marítima portuguesa e durante a existência do Império português, é a mesma Nação pertencente à União Europeia? Porquê? Dra. Denise, não esqueça: Antes existiam e predominavam os valores pregados e defendidos pela Igreja Católica! Atualmente os portugueses respeitam e defendem os mesmos valores? Atualmente, os portugueses seguem os valores e as orientações da Igreja Católica?

Na página 142, o Prof. Martins escreveu: “O Dr. Desidério Manuel Vilas Leitão, na página 38 da sua Dissertação afirmou: “Sobretudo numa altura em que o Mediterrâneo se tem vindo a constituir numa ‘autoestrada’ para Norte, fazendo com que entre europeus, magrebinos e africanos se estabeleça um processo de miscigenação que acarretará a curto prazo graves conflitos sociais”. Por isso, observo: Dr. Desidério, atualmente (apesar dos inúmeros obstáculos, policiais, linguísticos, etc. ainda existentes) caminhamos aceleradamente, para a mundialização ou para a “aldeia global” e até para a “homogeneização cultural”!

Por este motivo, segundo alguns autores, simultaneamente também avançamos aceleradamente para inúmeros conflitos entre etnias, raças, religiões e culturas! E até, segundo esses analistas, caminhamos para o conflito global! Concorda com estas afirmações? Apresente os seus comentários sobre esta visão catastrófica da sociedade internacional.

Na página 274, o Prof. Martins escreveu: A Dra. Rita Maria Andrade, na página 7 da sua Dissertação afirmou: “As minorias étnicas são por vezes consideradas como uma ameaça, nos empregos, na segurança individual e também uma ameaça à cultura nacional das populações dominantes...” Esta sua forma de se expressar (“as minorias étnicas são por vezes consideradas”), Dra. Rita Maria, manifesta que não aceita estas ameaças. Por isso, peço-lhe para apresentar as suas razões. Não lhe parece que realmente as minorias étnicas ameaçam as populações nacionais (maioritárias)? E, não lhe parece que os imigrantes (com i) concretizam essas ameaças? Não lhe parece que, por exemplo, atualmente em Portugal os trabalhadores imigrantes diminuem o número de empregos disponíveis para os portugueses? Não lhe parece que os trabalhadores imigrantes, diminuem os empregos que podiam estar disponíveis ao menos para os portugueses dispostos a aceitar e a trabalhar em empregos difíceis e mal remunerados?

Sobre estes assuntos, Dra. Dora Pinto, digo-lhe claramente: Lamento estas afirmações apresentadas em sentido crítico contra o Estado Novo! É que, Dra. Dora, eu recordo os ensinamentos (a doutrina!) da Igreja Católica que, em geral, os portugueses, seguiram com bastante fidelidade! E, não por imposição desse Regime! Quais são as afirmações dos Evangelhos? Quais foram (nesse tempo) os ensinamentos da Igreja Católica? “Ai dos ricos, porque deles não será o reino dos céus”! “Bem-aventurados os pobres porque serão consolados”! “Porque deles será o reino dos céus”! “A felicidade não existe neste mundo”! Foram estes os ensinamentos dos sacerdotes, dos missionários católicos e, salvo raríssimas exceções, da hierarquia católica. Dra. Dora, nesse tempo, os sacerdotes e os bispos, salvo raríssimas exceções, criticaram os ricos e fortaleceram as bênçãos á pobreza! Dra. Dora, não é correto estigmatizar o Estado Novo atribuindo-lhe uma responsabilidade que não teve!

Nas páginas 200-201, o Prof. Manuel Martins escreveu: “A Dra. Maria Bernardete Meleiro, nas páginas 65-66 da sua Dissertação afirmou”: “... o fim da guerra colonial ficou a dever-se não só ao poderio militar e à capacidade política dos movimentos africanos de libertação nacional... como ainda à influência de...”. Sobre estes assuntos, Dra. Meleiro, digo-lhe claramente: não pode exagerar a influência da luta armada contra o colonialismo português! Está convencida de que Portugal foi derrotado e expulso de suas colónias? Está convencida de que os Movimentos de Libertação das ex-colónias portuguesas venceram militarmente as

suas lutas contra as tropas portuguesas? Eu, Dra. Bernardete, afirmo claramente: Se não fosse a intervenção do Movimento das Forças Armadas Portuguesas e o Golpe de Estado realizado em 1974 em Lisboa, a solução do problema colonial português arrastar-se-ia durante muito mais tempo! Portugal, excetuado o acontecido na Guiné-Bissau, não perdeu as lutas efetuadas contra os movimentos de libertação existentes nas suas colónias/províncias ultramarinas.

Nas páginas 36-37, o Prof. Manuel Martins escreveu: “Durante as últimas décadas, inúmeros agentes atacaram o contrato social, expresso na formação e no desenvolvimento do Estado-Providência, oriundo sobretudo dos regimes sociais democráticos escandinavos (do pós II Guerra Mundial), defensores da segurança social (individual e coletiva) e de formas eficazes de solidariedade humana intergeracional. Esse contrato social facilitou (com custos sociais relativamente baixos e com a base nacional indispensável) o desenvolvimento das economias capitalistas; e também favoreceu a expansão e o bem-estar das sociedades industriais e dos Estados-Nações. Mas, Dr. Rui Albuquerque, a vitória da ideologia de competição (concretizada sobretudo após o derrube do muro de Berlim), fortaleceu a ética individualista e abalou profundamente esse contrato social! De facto, durante as últimas décadas, mostrou-se claramente o predomínio da ética da individualidade (próxima da ideologia capitalista neoliberal) sobre a ética do coletivismo (na versão socialista-comunista e na versão ocidental do contrato social) e (através de processos de privatização e desregulamentação: do mercado de trabalho, do mercado de capitais, etc.) também se mostrou o retrocesso da intervenção do Estado na economia e na sociedade!

Esta situação, Dr. Rui Albuquerque (principalmente a rotura da coesão social), ameaça a estabilidade e a segurança da Europa. As sociedades europeias (e ocidentais) foram prejudicadas pelo referido triunfo do seu modelo político-económico social sobre as sociedades organizadas atendendo aos princípios do socialismo comunista! Mas, Dr. Rui, a minha leitura de bastantes páginas da sua tese (principalmente as páginas 164-165, 206-212) deu-me a impressão de que também defende a ética da individualidade (próxima da ideologia capitalista neoliberal); a desregulamentação da economia e dos mercados; e, de uma forma geral, a redução da intervenção do Estado na economia e na sociedade! É esta realmente a sua opinião? Parece-lhe que, sob estes aspetos, a União Europeia está a seguir uma via correta? Apenas algumas passagens do livro que importa ler e nele meditar.

A investigação científica, sua análise e avaliação constituem parte integrante da vida das instituições universitárias e de ensino superior. Nelas a carreira docente universitária é uma carreira que possui graus cuja avaliação séria e rigorosa exige aprovação em trabalhos de investigação científica. A experiência de uma vida de

avaliação rigorosa e séria ao mais alto nível do ensino, dos trabalhos de investigação de mestres e doutores, seus êxitos e fracassos, é o que em síntese nos apresenta o Professor doutor Manuel Gonçalves Martins.

Trata-se de um livro de organização e métodos no que diz respeito à forma de avaliação bem como de elaboração de uma dissertação ou de uma tese e termina mesmo num aprofundamento pedagógico apresentando uma abordagem orientadora para a elaboração de tais trabalhos científicos. A leitura deste testemunho revelador das preocupações na exigência de trabalho personalizado, tanto quanto possível original nas ideias e conclusões e científico, nos diferentes graus de uma carreira, era natural a paralela reflexão e até comparação com a minha formação militar e dos quadros permanentes ao longo da carreira. A formação militar, nomeadamente a que designamos por instrução e ensino, para além das informações e operações foi sempre uma das minhas grandes áreas de interesse. Nela desempenhei todas as funções. De instrutor, na Escola Prática de Infantaria e na Academia Militar, de Professor no Instituto de Altos Estudos Militares, no Estado-maior do Exército, chefe da secção dos estabelecimentos ensino militar e militar de ensino, de chefe da Divisão de Instrução e de General Diretor do Instituto de Altos Estudos Militares e Comandante de Instrução do Exército. Sempre participei e lutei pelo reconhecimento do ensino militar como ensino superior e universitário no âmbito das Ciências sociais, as chamadas ciências militares.

Ao fim de trinta anos verifico que as Academias militares são hoje aceites como estabelecimentos de ensino universitário. Sou professor convidado da Universidade Católica, no Instituto de Estudos Políticos há nove anos, em cursos de mestrados e doutoramentos. Sou testemunha ocular de que o ensino militar que frequentei, ministrei e dirigi tem o valor exigido em qualquer universidade. É um sistema de ensino contínuo, organizado exigente, com características próprias e únicas, ou seja prepara para a vida e se necessário para o seu sacrifício. Quando fiz o meu curso complementa de estado-maior, com três anos de exigência máxima (concorremos 300 oficiais, entrámos 15 e finalizámos o curso nove, dos quais cinco fomos generais), que me transformaram e garantiram a confiança para desempenhar qualquer missão militar ou civil de alto nível, era capitão em 1965 e a estratégia tema abundantemente tratado nos temas constantes deste livro, era assunto estritamente militar e dos seus bancos da escola.

Hoje é um termo que se generalizou à vida corrente. A estratégia sai dos foros militar e entra na aplicação comum ao longo de toda a metade do século XX. Na primeira metade do século XX a organização e management havia dominado o pensamento militar e entrando depois no não militar.

Hoje, nesta metade do século XXI é já evidente que a *Intelligence*, área fundamental de qualquer ação militar, caiu na rua e desde a *strategic intelligence*, ao *business Intelligence*. À *space intelligence*, invadiram as nossas vidas no dia-a-dia e é e será a área que nesta primeira metade do séc. XXI substituirá as áreas de estratégia e organização que dominaram o séc. XX como área de preocupação e redobrado interesse.

Felicito-me por verificar em Portugal a aproximação do ensino militar com o ensino universitário na linha do que há mais de 500 anos Camões afirmou "não houve capitão que não fosse também douto e ciente". É pois com todo o gosto que sublinho o lançamento de um livro de cultura científica num lugar de cultura, cidadania e espírito de defesa como é o museu do combatente, infraestrutura e organização da Liga dos Combatentes, instituição que faz jus ao cumprimento dos seus objetivos estatutários, onde no Art.º 2º alínea e) se lê: Criar, manter e desenvolver departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e solidariedade social em benefício do país e direto dos seus associados. Não foi pois por mera atenção que decidimos receber o lançamento deste livro em nossa casa. Fizemo-lo porque o seu conteúdo nos diz muito, numa semana em que evocamos o dia de Portugal e numa época em que é importante encontrar refúgios que nos animem. A cultura do ensino sério e exigente, da cidadania e do espírito de defesa são exemplos desses refúgios que nos permitem continuar a acreditar no futuro.